

**GENTE DAQUI**  
ILTON MENDES,  
A ALMA DO  
CANDONGUEIRO  
PÁGINA 8



# NITERÓI

A HISTÓRIA SE REPETE

# Bumba: mais uma vez, a chuva leva a culpa

**Caixa diz que temporais causaram rachaduras em prédios para desabrigados**

Três anos após o Morro do Bumba desabar, desabrigados ainda esperam a entrega dos apartamentos prometidos pelo poder público. As obras no conjunto habitacional Zilda Arns foram paralisadas por determinação da Defesa Civil municipal: dois prédios apresentaram problemas estruturais e tiveram de ser demolidos. Assim como o ex-prefeito Jorge Roberto Silveira, que atribuiu a causa da tragédia a tempestades,

a Caixa Econômica Federal agora diz que as rachaduras foram provocadas pelas chuvas. Segundo o banco, que financia a construção do condomínio, houve um "excesso de precipitação em curto espaço de tempo, o que provocou a saturação do solo e causou deformações nas fundações". A justificativa, no entanto, é contestada pelo engenheiro civil Antonio Eulálio Pedrosa, conselheiro do Crea-RJ e especialista

em estruturas. Ele afirma que ocorreram falhas nas obras. Diretor do Clube de Engenharia, Abílio Borges concorda. "Está claro que não houve execução de um projeto adequado para o terreno", diz. A Caixa argumenta que não aconteceram erros durante os trabalhos. Mesmo assim, informa que, para afastar riscos de novos incidentes, inclusive nos outros prédios, determinou a revisão de todos os projetos. **PÁGINA 3**

## A HISTÓRIA SE REPETE

## De novo, a culpa é da chuva

Caixa diz que temporais causaram rachaduras em prédios que receberiam ex-moradores do Bumba

**LUZ GUSTAVO SCHMITT**  
gustavo.schmitt@oglobo.com.br

Três anos e cinco meses após o Morro do Bumba desabar, chuvas voltaram a ser apontadas como causa de um grave problema de moradia. Na época, Jorge Roberto Silveira, então prefeito da cidade, ignorou o fato de a favela ter sido erguida numa área de risco, em cima de um lição, e responsabilizou temporais pela tragédia, que provocou a morte de 47 pessoas e deixou cerca de três mil desabrigados. Agora, a Caixa Econômica Federal culpa as águas de março pelas rachaduras que surgiram em dois dos 11 blocos do Condomínio Zilda Arns, no Morro do Castro. O empreendimento deveria ter recebido 371 famílias — boa parte de ex-moradores do Bumba — em junho. Os dois prédios afetados foram demolidos. Numa nota, o banco, que financia a construção, afirma que o problema surgiu graças ao “excesso de precipitação em curto espaço de tempo, o que provocou a saturação do solo e causou deformações nas fundações”. A justificativa, no entanto, é rechaçada pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Rio (Crea-RJ), que afirma ter ocorrido uma série de falhas nas obras.

**ESPECIALISTA: FUNDAÇÕES ERAM MALFEITAS**

De acordo com o engenheiro civil Antonio Eulálio Pedrosa, conselheiro do Crea-RJ e especialista em estruturas, houve erros na execução do projeto das fundações dos prédios. Ele diz que os edifícios foram construídos num ponto baixo do terreno, onde passava um rio.

— Com as chuvas, o rio encheu e descalçou as fundações, que eram rasas, malfeitas e, para piorar, estavam num terreno inadequado. Se fossem profundas, até poderiam resistir. O problema é que foram mal interpretados os estudos topográficos, hidrológicos e geotécnicos da área. São essas análises que dão origem a projetos de drenagem e indicam a melhor localização de um prédio num terreno — afirma Pedrosa, que fez várias visitas ao local.

A Caixa argumenta que não houve falhas e nem “vício construtivo”. Além disso, destaca que a cons-



**Sem previsão.** Obras paradas no condomínio Zilda Arns, no Morro do Castro: prédios tiveram de ser demolidos

trutora Imperial, responsável pela obra, está sendo ressarcida por uma seguradora pelos supostos prejuízos causados por tempestades. Apesar de atribuir o problema a causas naturais, o banco informa que, para afastar riscos de novos incidentes, inclusive nos outros prédios do conjunto habitacional, determinou a revisão de todos os projetos.

Diretor do Clube de Engenharia, Abílio Borges também não concorda com a justificativa apresentada pela Caixa:

— É inaceitável. Os prédios não foram devidamente preparados para enfrentar as intempéries. Está claro que não houve execução de um projeto adequado para o terreno.

As obras no condomínio estão interditadas pela Defesa Civil municipal desde março. Questionado sobre a suspensão dos trabalhos, o banco se limita a informar, também por meio de nota, que, por ora, a construtora está realizando um monitoramento do terreno, além de sondagens internas nos blocos e serviços de estabilização do solo nas imediações dos outros prédios. Não há prazo para a conclusão das obras.

No início deste mês, uma equipe do GLOBO-Niterói visitou o local com integrantes da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal. Engenheiros disseram que, numa perspectiva otimista, as obras poderão terminar em ju-

GUILHERME LEPORACE

nho de 2014. A construtora Imperial foi contatada duas vezes por telefone, mas nenhum representante da empresa atendeu aos pedidos por uma entrevista sobre a situação do Zilda Arns.

O secretário municipal de Habitação, Marcos Linhares, teria uma reunião com representantes da Caixa na semana passada, para discutir a retomada das obras. Porém, o encontro acabou sendo adiado para a próxima quarta-feira.

— A intenção é tentar agilizar a entrega dos apartamentos para os desabrigados da cidade. Mas, é claro, com a segurança necessária — diz Linhares.

As obras no conjunto habitacional motivaram, em abril, a abertura de inquéritos no Ministério Público Federal e no Estadual. Os órgãos apuram supostas irregularidades na construção dos prédios, além da possibilidade de má aplicação de dinheiro público no empreendimento. Atualmente, promotores aguardam respostas da Caixa para questionamentos sobre as estruturas dos edifícios.

**VEREADORES REJEITAM ABERTURA DE CPI**

Os problemas nas obras do Zilda Arns tornam ainda mais incerto o destino das 89 famílias desabrigadas que vivem em condições precárias no 3º Batalhão de Infantaria, em São Gonçalo. A situação delas e as suspeitas de falhas no projeto levaram manifestantes a cobrar, na Câmara Municipal, a abertura da chamada CPI do Morro do Bumba.

Até sexta-feira, manifestantes continuavam ocupando a Casa, mesmo após a Justiça determinar a reintegração de posse da Câmara. Quinta-feira, vereadores decidiram, por unanimidade, não realizar uma sessão sobre a CPI.

O vereador Henrique Vieira (PSOL) protocolou o pedido de abertura de uma CPI do Bumba. Seis parlamentares apoiaram a ideia, mas eram necessárias sete assinaturas para garantir a instauração.

— Mais uma vez, a responsabilidade de um problema da cidade é transferida para a natureza. Esse é um dos temas que precisam ser investigados. Com uma CPI, teríamos instrumentos para saber o que realmente aconteceu no Zilda Arns — afirma Vieira. ●